

## ROTAS PERCORRIDAS POR MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA: DAS VIVÊNCIAS AS ESTRATÉGIAS PARA O ROMPIMENTO

*Jayce Layana Lopes Callou*

Psicóloga, Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre  
Mulheres, Gênero e Feminismo – PPG NEIM/UFBA.

[Jayce.psi@hotmail.com](mailto:Jayce.psi@hotmail.com)

### RESUMO

A rota crítica é compreendida como o conjunto de comportamentos e decisões realizados pelas mulheres em situação de violência e das respectivas respostas encontradas na busca por apoio. Este trabalho corresponde a um recorte metodológico da dissertação de mestrado, da presente autora, que teve por objetivo analisar as rotas percorridas por mulheres em situação de violência nos serviços do município de Juazeiro/BA. Para isso foram realizadas 23 entrevistas com mulheres em situação de violência doméstica. Ao considerar o conceito de rota crítica, neste texto serão abordadas as vivências de violência das mulheres, juntamente com os principais fatores que funcionaram enquanto impulsionadores e obstaculizadores na procura por apoio institucional e relacional, quanto ao rompimento da situação de violência.

**Palavras-Chaves:** Rota Crítica, Violência, Mulher.

### ABSTRACT

The critical path is understood as the set of behaviors and decisions made by women in situations of violence and their responses found in search for support. This work represents a methodological approach of the dissertation, the present author, who aimed to analyze the routes taken by women in situations of violence in the service of Juazeiro/BA. For that 23 interviews were conducted with women in situations of domestic violence. When considering the concept of critical path, this paper will discuss the experiences of violence of women, along with key factors that worked as a driver and obstaculizadores in demand by institutional and relational support, as the disruption of a violent situation.

**Key Words:** Critical Path, Violence, Women.

### 1- Introdução

A violência perpetrada em mulheres é um fenômeno social que possui suas bases ancoradas nas desigualdades de gênero. Raramente uma mulher conseguirá cessar a situação de violência sem apoio externo. Nessa direção, compreende-se que a garantia de um

atendimento integralizado para essas mulheres só será possível com o auxílio de uma rede de apoio efetiva. Independentemente da formatação dessa rede, o importante é que essas mulheres se sintam acolhidas e assistidas frente a cada demanda levantada. É nesse contexto, que o objetivo desse trabalho está pautado em analisar o processo de ruptura da situação de violência a partir das rotas percorridas por mulheres que freqüentaram serviços especializados no município de Juazeiro/BA. Para isso serão abordadas as vivências de violência e os fatores relacionados ao processo de ruptura e o início da procura de apoio institucional. Destaca-se que este trabalho representa um recorte metodológico da dissertação de mestrado desenvolvida pela autora em questão.

A denúncia da violência contra a mulher é decerto, preocupação constante por parte do movimento feminista e de mulheres, os quais através de pesquisas apontam resultados que expressam epidemiologicamente a complexidade e periodicidade do fenômeno. Em pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo (2001) com mulheres de idade superior a 15 anos constatou-se, ainda, que uma em cada cinco brasileiras, afirmaram já ter sofrido algum tipo de violência por parte de um homem, que na sua grande maioria, é o companheiro ou ex/companheiro. Dez anos mais tarde, após realização de novas investigações, resultados indicam a persistência do fenômeno da violência doméstica. Cita-se, por exemplo, a investigação realizada pelo Instituto Avon e Ipsos (2011), que se propôs a analisar as percepções, de homens e mulheres, acerca da violência doméstica contra a mulher no Brasil. Foi evidenciado que 59% da população entrevistada tem conhecimento de uma mulher que passou por alguma situação de violência doméstica. Desses, 63% tiveram algum comportamento de apoio frente a situação, sendo importante enfatizar que a grande maioria foi representada pelas mulheres, com um índice de 73%. Apesar da maior visibilidade, as discussões acerca do seu enfrentamento são cada vez mais atuais e complexas, principalmente quando se sabe que a violência doméstica é sustentada a partir das relações inequânimes que são firmadas entre homens e mulheres diariamente (SAFFIOTI, 2004).

Entre os estudos realizados sobre rotas críticas cita-se a investigação operacionalizada em países da América Latina pela Profa. da Universidade de Costa Rica, Montserrat Sagot (2000, 2007) enquanto referência para a área: *A rota crítica das mulheres afetadas pela violência intrafamiliar na América Latina*<sup>1</sup>. No que tange as pesquisas realizadas sobre rotas percorridas por mulheres em situação de violência no contexto brasileiro, foram identificados

---

<sup>1</sup> Texto original em espanhol: *La ruta crítica de las mujeres afectadas por la violencia intrafamiliar em América Latina* (SAGOT, 2000).

alguns estudos já concluídos, concentrados nas regiões sul e sudeste (PRESSER, 2007; PRESSER; MENEGHEL; HENNINGTON, 2008; MENEGHEL, 2007, 2009; MENEGUEL *et al*, 2011; SILVA, 2008). Acrescenta-se ainda, que tais estudos acabaram fundamentando seus procedimentos metodológicos e teóricos a partir da pesquisa desenvolvida por Sagot (2000).

Nos estudos de Sagot (2000; 2007) acerca da violência contra a mulher, o termo *rotas* vem sendo utilizado juntamente com a palavra “*crítica*”, gerando um conceito com valor teórico de grande influência no enfrentamento à violência de gênero. Para esta autora (2000; 2007) o processo de *rota crítica* corresponde ao conjunto de ações realizadas por mulheres em situação de violência que se inicia após a tomada de decisão pela ruptura do ciclo de violência, através da procura de apoio nas redes sociais e de serviços disponibilizados.

A *rota crítica* é iniciada quando a mulher decide procurar ajuda fora do âmbito doméstico, rompendo o silêncio e tornando público o que até então era remetido ao campo privado da relação com o companheiro. Dentre as características principais do processo de *rotas críticas* destaca-se o caráter complexo de não linearidade com avanços e/ou retrocessos, envoltos na apresentação do fenômeno. Nessa direção, o primeiro passo na procura por ajuda em uma instituição pode ser seguido, por exemplo, de retrocessos ou por procuras de outras vias institucionais, não obedecendo, necessariamente, a uma lógica linear e previsível na escolha dos serviços. Nas palavras de Minayo “Geralmente, as rotas femininas são sofridas e difíceis; muitas não têm volta e prenunciam a liberação, algumas têm um desfecho dramático, outras apenas enunciam um voo não cumprido, tamanho foi o preço da tentativa” (2007, p.13). Uma mesma mulher pode percorrer diferentes rotas e itinerários antes de encontrar a solução que almeja. Nessas condições, a *rota crítica* acaba ocasionando diferentes situações para as mulheres, que vão desde o aumento da frequência de violência, até o cessar da relação violenta (SAGOT, 2000). Apesar de serem situações aparentemente contraditórias é nessa ambivalência de comportamentos/ações que o caminho para romper a situação de violência começa a ser traçado.

O processo de *rota crítica* é repetitivo, composto de elementos relacionados as percepções femininas e suas ações empreendidas, e das respostas sociais encontradas no caminho traçado, tanto no que refere ao contexto familiar quanto ao institucional. Nos elementos relacionados às mulheres Sagot (2007) destacou a importância da informação sobre os serviços que prestam atendimento às mulheres em situação de violência; as percepções e atitudes frente o fenômeno da violência contra a mulher; experiências prévias relacionadas a violência; e, o apoio de pessoas próximas. No campo das respostas institucionais, destacou-se

elementos relacionados ao campo estrutural/normativo como a disponibilidade e qualidade dos serviços prestados; e elementos relacionados as representações sociais, atitudes e comportamentos dos profissionais acerca das concepções de violência.

Os fatores que reforçam a manutenção ou esgotamento da rota crítica podem ser pensados enquanto impulsionadores e obstacularizadores: destacando-se dentre eles os de âmbitos internos (que se constituem como os processos pessoais das mulheres, tendo como exemplo emblemático os sentimentos); e os externos (relacionados às ações realizadas pelas mulheres, assim como as respostas encontradas por elas no ambiente familiar, comunitário e institucional visando a resolução do seu problema). Segundo Sagot (2000), ambos os fatores estão extremamente inter-relacionados e deveriam encontrar equilíbrio favorável para o possível rompimento com a situação de violência. Caso contrário poderá gerar “[...] exposição da usuária a novas agressões, por debilidades dos sistemas protetivos, isolamento social e constantes deslocamentos visando à fuga da perseguição iniciada pelo agressor.” (GROSSI; TAVARES; OLIVEIRA, 2008, p.268). A título de exemplificação, como fator interno, podem ser citados, por exemplo, o sentimento de saturação vivenciado pela mulher frente à violência. No que tange os fatores externos, pode-se elencar o aumento da periodicidade da violência, a ameaça a perda de bens materiais, a iminência da violência aos filhos, o acesso a informações sobre os serviços que garantem atendimento especializado e a proximidade de serviços qualificados (SAGOT, 2000). As rotas críticas são geradas justamente quando os serviços não realizam o atendimento previsto e as mulheres continuam a peregrinar pelas instituições em busca de resolutividade.

## **2- Considerações Metodológicas**

Para delineamento da proposta desse trabalho adotou-se como referencial metodológico a *Abordagem Qualitativa*, que busca privilegiar os significados, interpretações, falas, crenças, valores e aspirações produzidos pelos atores sociais (DESLANDES *et al*, 1994).

O município de Juazeiro/BA, cidade foco da presente investigação, se caracteriza como um dos principais municípios da região do sub-médio São Francisco, com aproximadamente 197.965 habitantes, sendo 51% de população feminina (IBGE, 2010). Dentre os serviços do município que disponibilizam atendimento à população feminina que veio a sofrer violência perpetrada por companheiro, destaca-se a utilização do Cento Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM) e da Delegacia Especializada de atendimento à Mulher (DEAM) como campo para a coleta de dados da presente investigação. A escolha por

esses dois serviços não foi eventual, o recorte foi realizado a partir da realidade local, como também, por meio dos parâmetros expostos pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Esta política foi criada, no país, desde o surgimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, em 2003, e prevê que no atendimento integralizado em casos de violência contra a mulher, os municípios devem constar de serviços com diferentes especialidades, englobando a esfera da segurança pública, social, psicológica, jurídica e da saúde (BRASIL, 2008b). Deste modo, os dois serviços alocados no município de Juazeiro/BA davam conta de especificidades previstas pela política nacional.

Para desenvolver esta pesquisa foram considerados como sujeitos de estudo, as mulheres que vivenciaram episódios de violência doméstica perpetrada pelo companheiro e/ou ex-companheiro. Além do critério de gênero, que estabelece as mulheres como sujeitos deste estudo, também foram delimitados mais quatro critérios de seleção para demarcar a participação dessas mulheres: mulheres que já procuraram algum apoio institucional (governamental e/ou não-governamental) pelo menos uma vez; mulheres provenientes do município de Juazeiro/BA e regiões vizinhas que necessitaram dos dispositivos institucionais de Juazeiro/BA por não possuírem nos seus respectivos municípios; mulheres que possuíam uma relação caracterizada, no mínimo, como união consensual estável com o companheiro e/ou ex-companheiro; e por fim, foram consideradas para participar da pesquisa mulheres jovens e adultas, entre 18 e 59 anos.

Para atingir os objetivos propostos, a coleta de dados foi realizada a partir de entrevistas semi-estruturadas, compreendida como um procedimento marcadamente qualitativo, que permite detalhar questões junto ao objeto estudado. Comporta, assim, o desenvolvimento de uma “conversa informal”, entre os sujeitos entrevistados e a investigadora, possibilitando uma maior flexibilidade por parte da pesquisadora em questionar os sujeitos envolvidos, e conseqüentemente, dos atores em expor seus sentidos e significados acerca da temática vigente (MINAYO, 2000; POUPART, 2010). O roteiro de entrevista semi-estruturada foi composto com três questões norteadoras: sobre a *vivência da violência* sofrida com o companheiro e ex/companheiro; a *rede institucional* procurada na busca de apoio para o rompimento da situação de violência, e sobre *as redes relacionais* procuradas também enquanto fonte de apoio frente a violência vivenciada. .

A coleta de dados foi realizada entre os meses de julho a outubro de 2011. Foi empregado o princípio da saturação empírica, quanto à quantidade de entrevistas a serem realizadas, perfazendo um total de 23. No que tange ao campo de pesquisa, os profissionais da DEAM e CIAM foram considerados colaboradores diretos por terem a função de

direcionarem para a pesquisadora, as mulheres que se enquadravam dentro dos critérios já estabelecidos. A pesquisa atende as exigências éticas do Conselho Nacional de Saúde, Resolução 196/96 de pesquisa com seres humanos, sendo solicitado aos serviços contatados, na busca pelas mulheres a anuência para a coleta dos dados; e, das mulheres entrevistadas a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual declaravam estarem cientes dos objetivos e delineamentos da pesquisa, como também autorizavam a gravação das entrevistas, as quais foram realizadas através de um gravador digital. Nesses moldes, foi garantido a todas o sigilo das informações coletadas, sendo veiculadas apenas em atividades, produções acadêmicas com a utilização de nomes fictícios.

Para o tratamento dos dados, foi utilizada a Análise de Conteúdo Temática (BARDIN, 1994), visando descobrir os núcleos de sentido presentes nos discursos das mulheres envolvidas. Esta técnica de análise de dados visa a descrição do conteúdo das mensagens e se constitui em etapas, uma primeira a pré-análise, com sistemáticas re-leituras dos dados, considerando as questões-problemas e objetivos do estudo; segunda, quanto ao agrupamento dos dados, a partir de construções de categorias temáticas que emergiam dos discursos; a terceira representada pela exploração do material por meio de leituras exaustiva; por fim, a construção dos núcleos de sentidos que constituem o desmembramento do texto em unidades. Tais núcleos resultaram em três categorias de análises (à vivência de violência; à rede relacional de apoio; e respostas institucionais) interpretadas de acordo com as considerações teórico-metodológicas que nortearam a investigação. Como recorte metodológico, este presente trabalho focará apenas os resultados pertencentes à primeira categoria de análise encontrada: vivência da violência.

### **3 – Resultados e Discussões**

Para uma melhor compreensão da dinâmica das relações vivenciadas pelas entrevistadas no âmbito doméstico junto aos seus parceiros/agressores faz-se necessário compreender por intermédio das narrativas dessas mulheres suas trajetórias e fatos relacionados ao presente contexto. Serão apresentadas algumas considerações sobre o início dessas vivências de violência e como essas mulheres percebem esse homem até então companheiro e agora agressor; também serão elencadas as principais tipificações de violência vivenciadas pelas entrevistadas; a percepção da violência contra a mulher enquanto um fenômeno cíclico, e por último os principais fatores que funcionaram enquanto impulsionadores e obstacularizadores para as mulheres romperem o silêncio e iniciarem a rota institucional em busca de apoio.

### 3.1- Vivência da Violência

São variadas as falas registradas pelas entrevistadas que expõem o início da relação do casal como “bom”, o que a princípio caracterizaria um espaço relacional aparentemente harmonioso. Os marcos referidos pelas mulheres sobre o começo das agressões foram relacionados no início da convivência do casal e da gravidez do/a primeiro/a filho/a.

[...] eu engravidei, ai ele achava que eu não servia mais, não saia mais, não prestava mais pra nada, só pra servir dentro de casa, fazer as coisas dele, ai ele quando eu estava com cinco meses de gravidez ai ele não me procurou mais, ai pronto ele só vivia na rua, chegava tarde as vezes amanhecia o dia, ai foi daí que começou, iniciou o sofrimento. (MARA)

Bom, a gente no início a gente tava vivendo bem, é passamos três meses de convivência bonita, amorosa, quando eu descobri o que eu tava gestante, ele ficou muito feliz. Só que começou durante a minha gestação, a primeira vez que ele me agrediu. (FÁTIMA)

A partir dos elementos destacados pelos discursos das entrevistadas acima citados, os homens parecem internalizar sentimentos de posse pelas parceiras. Os corpos das mulheres constituem um espaço privilegiado de dominação, e é esse corpo (pensando a materialidade da violência) que sofre pela intolerância e supremacia masculina. Corroborando os dados da presente pesquisa, um estudo realizado com mulheres em uma instituição de abrigo identificou, em 59,3% dos casos investigados, o início da convivência do casal como o fator privilegiador para as ocorrências de violência contra a mulher (PRATES, 2007). Já no que refere ao início das agressões durante período gestacional, enfatiza-se que apesar desse ser um momento que demandaria cuidado e proteção para essas mulheres, esse período não foi compreendido pelos parceiros sob essa ótica, pelo contrário, a maioria das entrevistadas relataram o início do ciclo da violência após a primeira gravidez e durante todas as gestações que tiveram ao longo do tempo de convivência com o companheiro. Sobre isso, Oliveira e Vianna (1993) apontam que a associação entre violência conjugal e o ciclo grávido puerperal, está relacionada às percepções desses homens/agressores. Nas palavras das autoras, a gravidez por ser reconhecida como manifestação peculiar no corpo feminino, acaba por abalar a virilidade masculina, gerando muitas vezes no homem uma insegurança frente o exercício de sua paternidade; ao mesmo em que pode estar associada a uma possível falta de desejo dos homens à imagem do corpo da mulher grávida.

Como consequência da perpetração da violência durante a gravidez, muitos foram os riscos à saúde das crianças e das mulheres, principalmente relacionados a saúde sexual e reprodutiva dessas últimas. Casos de abortos, ocasionados pela intensa agressão; gravidez de risco, dada as agressões com chutes e murros na barriga, foram algumas das situações elencadas pelas entrevistadas.

[...] 12 anos e alguma coisa eu engravidei, é ... ele me agrediu e eu perdi, com quase 5 meses. Aos 13 e alguma coisa eu engravidei novamente, aí tive minha filha que hoje tem nove anos. Engravidei, era uma gravidez que eu apanhava, eu era machucada, mesmo com um barrigão. (RAFAELA)

[...] aquela gravidez assim ... bem tumultuada, bem tumultuada mesmo, eu sentia muitas dores, muitas ameaças de aborto. (MARA)

Schraiber e D'Oliveira (1999) acrescentam que muitos autores consideram a gravidez como um risco aumentado para a perpetração da violência, ao considerar que nos últimos anos o número de mulheres grávidas em situação de violência tende a ser maior do que a perpetração da violência física e sexual em mulheres não grávidas.

Além da gravidez, elementos como ciúmes, álcool/drogas, o controle sob a sexualidade e o desempenho de diversas outras atividades, a exemplo do trabalho, foram fatores somados ao contexto da convivência do casal que serviram como desencadeadoras para a perpetração da primeira e posteriores agressões e brigas do casal.

Mulher a relação era boa, antigamente né?! No começo, tudo é flores, depois ... depois foi mudando, começou usando drogas, continuou usando drogas aí ele me batia a primeira vez eu ficava calada, me bateu a segunda eu fiquei calada. (OLÍVIA)

[...] começou assim é ... no início ele era muito bom comigo é ... de três anos pra cá foi que ele piorou ... assim ficou uma pessoa ruim, porque na época eu não trabalhava e agora eu ... assim de três anos pra cá eu comecei a trabalhar, eu comecei a estudar (APARECIDA).

O uso de álcool e droga como um agravante para a perpetração da violência foi um dado relevante para o contexto da presente investigação, considerando a grande presença de companheiros/agressores envolvidos com bebidas alcoólicas e drogas (12 companheiros). Observou-se na literatura (PENSO, 2009) que muitas vezes o uso de álcool e drogas é utilizado tanto como uma desculpa para a perpetração da violência, quanto para diminuir a responsabilização pessoal frente o contexto familiar. É importante salientar que é muito complexa a relação entre a perpetração da violência e o uso abusivo de álcool e drogas; existindo muitas dificuldades para se assumir a defesa de um modelo causal. De acordo com Minayo e Deslandes (1998), a relação entre o uso de alguma substância e a violência varia se os comportamentos e efeitos forem medidos. Nesse intento, tanto o álcool como as drogas, “dizem pouco enquanto fatores de risco para a violência, e essa articulação merece ser mais



investigada, melhor delineada, buscando- se exatamente conhecimentos e práticas que contribuam para a saúde da população.” (MINAYO; DESLANDES, 1988, p. 40).

No contexto da presente investigação, de acordo com os discursos das entrevistadas, o uso desenfreado de álcool e outras drogas (maconha e crack foram as mais citadas pelas entrevistadas) acabaram produzindo alterações de humor nos respectivos companheiros, ocasionando a incidência de maiores episódios de violência tanto para as mulheres, como para os/as filhos/as. Diante de tal achado, cabem alguns questionamentos se realmente a situação de violência foi desencadeada exclusivamente pelo uso das substâncias, ou se caso os homens estivessem em um período de abstinência a mesma situação teria ocorrido. São apenas suposições, mas são bem pertinentes, tendo em vista que os companheiros/agressores agrediam as companheiras também quando estavam sem efeito de nenhuma substância alcoólica e uso de outras drogas.

[...] depois que ele começou a usar droga né, ele me agrediu bem ... foi uma das piores agressões (EMANUELA)

Agora o mal dele é porque ele bebe muito e quando ele bebe ele fica fora do comum eu não sei se é porque teve vontade de fazer quando ta bom e não tem coragem, eu não sei não, eu penso assim né. (MARCELA)

A agressão do companheiro para com as crianças, também foi presente nos discursos de quatro entrevistadas. Quanto a isso Kevens (2001) afirma que presenciar a violência conjugal incrementa a possibilidade das crianças desenvolverem quadros sintomáticos de depressão, ansiedade, transtorno de conduta e atrasos no desenvolvimento sócio-cognitivo. No caso da presente investigação, 10 mulheres ressaltaram o fato dos/as filhos/as estarem traumatizados/as por presenciarem as situações de violência; existindo inclusive, vários momentos em que as crianças participaram das cenas de violências, na grande maioria das vezes intercedendo pela mãe.

Ele pegou o punhal, me jogou em cima da cama, escanchou no meu pescoço. Ficou assim, minha filha em cima, minha filha mais velha, segurando na mão dele, e eu com medo de cortar ela. (RAFAELA)

Minha filha de 15 anos mesmo, ela ... ela ta muito assim ... ela ta traumatizada porque ... essa noite mesmo quando foi meia noite, meia noite e vinte, eu acordei ela tava chorando, ela disse que com medo dele ... da gente ta dormindo ele entrar e vir me agredir. (LETÍCIA)

Outro discurso constante enfatizado pelas mulheres (e que merece total destaque) consiste na frustração com o comportamento do agressor em não cumprir com as expectativas por elas criadas. Aqui salienta-se a creditação ao amor romântico, presente em alguns discursos das entrevistadas que ao conviverem com situações de violência, passam a desconstruir esse homem, até então, idealizado na figura de um possível príncipe encantado.

Sobre isso, Strey (2007) salienta que muitas das crenças que circulam no imaginário feminino acabam por sustentar o fenômeno da violência contra a mulher. Sentimentos como ciúmes, acabam recebendo um tom romântico e obscurecem os reais impactos ao fenômeno da violência contra a mulher.

[...] tinha um ciúme ... que ciúme controlado né, aquele que ciúme que a gente acha que é porque gosta da gente, é porque ta apaixonado, é porque a gente também ama né. (EMANUELA)

A ambivalência e os sentimentos experienciados pelas entrevistadas expressam a forma como essas mulheres visualizam os respectivos parceiros. Ao mesmo tempo em que a quase totalidade das entrevistadas relataram perceber seus companheiros como homens violentos, agressivos, ciumentos, dissimulados, mentirosos e controladores. Esse mesmo homem foi visualizado, em alguns momentos, como bom pai e bom companheiro no início da relação do casal. Tais características, muitas vezes, acabavam por “justificar” para as mulheres a perpetração da violência e a esperança de que um dia esse mesmo companheiro pudesse voltar a ser um bom parceiro deixando de agredi-las.

Na frente das pessoas, se você vê ele, você diz que jamais ele faz isso, porque ele é calmo. Tipo quando ele está na frente do povo, ele é carinhoso, tipo aquele pai, entendeu?! [...] Dentro de casa é outra pessoa. Na frente do pai dele, da mãe dele, ele parece ser um santo. (MARIANA)

[...] por uma parte ele é uma pessoa muito bom, agora por outra ele é ruim. (MARCELA)

O discurso das interlocutoras, quanto ao perfil masculino do agressor, não retrata uma especificidade desse grupo de entrevistadas, pelo contrário, espelha uma percepção descrita por várias outras investigações similares a essa apresentada. Para Cortez, Padovani e Williams (2005) muitas características já foram descritas por diferentes estudos sobre homens que agredem suas companheiras, dentre elas destaca-se o isolamento social, ciúmes, baixa auto-estima, uso abusivo de álcool ou drogas, insegurança, possessividade, vivência de violência na infância, depressão, ansiedade e a tendência a minimizar os eventos da violência, muitas vezes culpabilizando a própria mulher pela perpetração do ato violento. Somado a essas características, quando os agressores estão inseridos em uma situação de estresse, tais como dificuldades financeiras, desemprego, conflitos interpessoais e com a justiça, esses fatores acabam sendo o estopim para a ocorrência da situação de violência. Cabe acrescentar que tais características e situações não devem ser naturalizadas e visualizadas como causas principais ou unilaterais de tais comportamentos.

Schaiber *et al* (2005) destaca que a violência se apresenta para muitos homens como um meio de resposta ao desempenho do seu papel social. Nas palavras de Penso (2009) “[...] o

‘suposto’ poder é atribuído e incorporado pelo homem, que, na tentativa de responder a desqualificação social que sofre no contexto social, impõe pela força a sua vontade e a sua presença dentro do ambiente familiar.” (p. 249). Em outras palavras, este homem seria o detentor do poder nesse ambiente familiar e provará isto, nem que seja pelo uso da violência e conseqüente força física contra outros membros familiares, dentre eles a própria companheira.

Todas as entrevistadas vivenciaram violências múltiplas com associações variadas entre as formas mais comuns de violência, especificamente a física, psicológica, patrimonial, sexual e moral. Fato este presente em outras investigações (KRONBAUER; MENEGUEL, 2005; GOMES, 2009) que também versavam sobre a temática da violência contra a mulher. A dinâmica da perpetração dessas diferentes formas de violência ocorreu de maneira diversificada entre as entrevistadas, sendo possível observar certa linearidade no ato da violência física de gênero, já que comumente estava acompanhada do histórico de perpetração de outras formas de violência, principalmente a psicológica e moral.

De acordo com a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2008a) no capítulo II que versa sobre as formas de violência contra a mulher, a violência patrimonial é conceituada enquanto uma ação configurada como retenção e subtração. A exemplo, da “destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades” (BRASIL, 2008a, p. 18). No contexto da presente investigação, essa forma de violência foi relatada por onze mulheres, as quais retrataram que os companheiros/agressores quebraram bens materiais, confiscaram roupas e documentos pessoais.

[...] ele pegou minhas coisas, meus ... pertences, e ficou preso lá com meus documentos, minhas roupas, [...] a gente foi lá em minha casa e quando chegou lá ele tinha pegado todas as minhas coisas. (BÁRBARA)

Como pode ser observado nos discursos, o uso da violência patrimonial, por parte do parceiro, é utilizada na grande maioria das situações para que as mulheres não tenham domínio sobre os seus próprios bens. Os agressores tendem a querer tornar as mulheres suas dependentes por meio de uma atitude punitiva, seja porque as parceiras contrariaram algum desejo seu ou para impedir que elas procurem apoio especializado para lidar com a situação de violência. Acredita-se que a violência patrimonial ocorra muito mais do que a frequência citada pelas entrevistadas, tendo em vista que são comuns os relatos cotidianos das mulheres quanto a esse tipo de dano causado pelo companheiro/agressor (PRATES, 2007).

Já a violência sexual é reconhecida na lei 11.340/2006 (BRASIL, 2008a) como qualquer ato que obrigue a mulher contra o seu desejo a presenciar ou manter relação sexual; e que anule ou limite a garantia dos seus direitos sexuais e reprodutivos, a exemplo da utilização forçada de algum método contraceptivo e a realização de uma prática de aborto contra a sua vontade. No caso da presente investigação, essa foi a tipificação de violência menos exposta pelas entrevistadas. Apesar da invisibilidade muito presente no fenômeno da violência sexual no âmbito conjugal, ao todo seis mulheres relataram já ter vivenciado alguma situação de violência sexual com o seu parceiro.

[...] eu cheguei nele, disse a ele que tava gestante, é ... no início ele não aceitou a minha gestação, ele partiu pra ignorância, chegou a mandar eu tomar coisa pra eu abortar, remédio do mato, remédio né?! caseiro pra abortar criança, e eu cumpri o que ele me pediu. Eu tomei o remédio pra abortar a criança, ele ali me pressionando, você vai beber, você vai beber, eu catei o copo, negócio amargo [...] tomei, passei mal. (FÁTIMA)

Sofri mais violência ainda, né ... porque até abusar sexualmente dele, sem eu querer contra a minha vontade eu já fui também. (FERNANDA)

[...] e continuou fazendo coisa comigo, me maltratando... o que ele podia fazer ele fazia [...] ele metia o dedo em minha vagina pra vê se tinha homem... o que ele podia fazer ele fazia. (MARCELA)

Nos discursos as mulheres relataram que seus companheiros creditavam as práticas sexuais como uma obrigação conjugal, nessa direção, a resistência ao ato sexual configurou-se como um estopim para a qualificação da violência. Apesar do prenúncio a violência, algumas entrevistadas relataram a tentativa de resistir as investidas sexuais do companheiro, para essas mulheres a concepção de sexualidade estava aquém do ato da penetração vaginal.

[...] a gente também quase não tem relação, relação ... quando tem é ... meio bruto, só “põe aí” e pronto, não existe carinho, não existe nada. (CAROLINA)

Eu trabalho o dia todo, aí quando chega a noite que é hora de eu dormir ele acha que eu tenho a obrigação de ter relação com ele porque tem que ter, ta entendendo?! não é de um jeito que assim né ... uma coisa que é combinado, nem nada, assim ele acha que é do jeito dele e tem que ser e pronto, ele não ... assim ... não me respeita como mulher dele, ele me trata como se eu fosse nada dele. (FABÍOLA)

Não se pode negar que a percepção das mulheres acerca do exercício da sua sexualidade vem se modificando nas últimas décadas. Contextualizando os dizeres de Dantas – Berger e Giffin (2005) para a presente investigação, algumas de nossas entrevistadas “não mais se adequam às representações tradicionais que colocariam como destino feminino “agüentar” situações de objetificação e violência, para que o casamento (e o seu próprio reconhecimento social como sujeito moral) fosse mantido” (p.423). Seja com um ano de vivência de violência ou 20, em algum momento essas interlocutoras decidiram romper com a situação de violência impetrada, inclusive com aquelas de cunho sexual.

Ainda discorrendo sobre as formas de violência expostas pelas entrevistadas, têm-se a violência física compreendida nos moldes da lei 11.340/2006 (BRASIL, 2008a) como uma ação que cause danos a integridade física e a saúde do corpo. Essa é a forma mais visível da violência contra a mulher, apenas duas entrevistadas relataram não terem sido agredidas fisicamente pelo parceiro, todas as outras 21 entrevistadas já passaram por algum episódio semelhante. Os discursos foram diversificados desde agressões envolvendo murros, beliscões, empurrões, tapas, até agressões envolvendo algum instrumento cortante e perfurante, como facas, facão, armas de fogo, paus, entre outros.

[...] já tava com o facão lá encostado, só num me matou pelo milagre de deus, porque eu sai correndo, me espancou muito, isso aqui mesmo em meus olhos, não é de agora, essa marca, tudo aí é pancada que ele me dá. Isso deixou ... deixou meu rosto muito deformado mesmo, meus lábios ficou deformado, grande, minha dentadura quebrou, porrada que ele me deu. (ANA)

Ontem ... puxou meu cabelo, me bateu, meteu a faca aqui na minha perna, deu um murro aqui no meu ombro. (DÉBORA)

Uma outra tipificação de violência desenvolvida pela lei 11.340/2006 (BRASIL, 2008a) foi a violência moral, conceituada como qualquer ato ou conduta que personifique calúnia, difamação ou injúria. Ao todo a quase totalidade das entrevistadas relataram já terem sofrido alguma dessas tipificações.

Ele fica me dando macho, é... eu não posso ir na escola, porque ele me tira da escola, diz que eu to correndo atrás dos home. (MARCELA)

A expressão da violência moral possui relação direta com a personificação da violência psicológica, no que refere a essa última, considerada como uma das formas mais ocultas e presentes no cotidiano das mulheres que vivenciam episódios de violência no contexto doméstico é reconhecida pela lei 11.340/2006 (BRASIL, 2008a) como qualquer ato que proporcione dano emocional, a saúde psicológica e a auto-estima, visando degradar comportamentos e/ou crenças individuais. Todas as entrevistadas relataram já ter vivenciado algum episódio de violência psicológica. Hirigoyen (2006) destaca que a violência psicológica se articula a partir de várias atitudes comportamentais difíceis de detectar, consideradas microviolências. Aqui podem ser citadas as atitudes referentes ao *controle* dos companheiros para que as parceiras realizem apenas atividades que eles almejam, e o conseqüente *isolamento progressivo* dessa mulher de sua rede social (coibir visitas a familiares; proibir que a companheira frequente a escola e o trabalho); os *ciúmes* patológicos que reflete claramente uma distorção da realidade apresentada (retornar eventos do passado da companheira e acreditar que a mulher o trai); o *assédio* (vigiar e perseguir a companheira por

não aceitar o fim do relacionamento); o *aviltamento* (depreciar as atitudes e ações da companheira para que atinja a auto-estima da mulher); as *humilhações*; e os *atos de intimidação*. Na presente investigação foi encontrada todas essas expressões da violência psicológica nos diálogos com as interlocutoras.

[...] depois que eu fiquei com ele, as amigas tudinho saiu, porque ele tipo que expulsou. Porque eu ... desde pequena que eu sou evangélica, da igreja adventista, aí ele proibiu, se afastou, com ciúmes. (MARIANA)

Eu andava tão de um jeito que pra mim ele tava atrás de mim ... se eu ... eu sai do colégio porque, ele ligava pra mim e dizia, “ô você ta sentada em tal carteira, e ta escrevendo com tal caneta, e fazendo tal prova” então aquilo ali eu fiquei atordoada, a ... minha única solução no momento foi ... sair da escola, então eu perdi o ano, sai por conta disso. (FERNANDA)

Nos discursos, as entrevistadas deixaram em evidência que apesar das agressões físicas sofridas, consideram as “ameaças” e “pressões” dos companheiros/agressores bem mais insustentáveis na convivência diária.

[...] a agressão física mesmo [...] foi somente uma vez, mas aí o pior que eu achava dentro na relação é que ele me ameaçava muito, as ameaças dele eram terríveis, horríveis, eu num gosto nem de lembrar. E aí era difícil pra mim né, eu conviver com uma pessoa quando eu convivia com ele, 24 horas por dia ouvindo coisas horrorosas dele, eu num conseguia nem dormir direito. (BÁRBARA)

Embora não deixem marcas visíveis a olho nu, as violências psicológicas e morais podem causar danos bem maiores à saúde dessas mulheres do que as agressões físicas, a exemplo de quadros depressivos, distúrbios de ansiedade, tentativas de suicídios, queixas gastrointestinais e queixas vagas. (SCHRAIBER; D’OLIVEIRA, 1999). Os impactos à saúde mental das entrevistadas foi relatado por algumas mulheres que afirmaram terem desenvolvidos “doenças dos nervos” e já terem pensado em “acaba com a própria vida” após os anos de convivência com o agressor/companheiro e as diferentes exposições a situações de violência.

Hoje eu agradeço a ele que eu tenho um problema de nervo. (JULIANA)

Você fica muito nervosa né, você fica abalada, daí eu passei uns dois dias tomando calmante pra os meus nervos voltar ao normal, porque dentro de mim ficava tremendo, minhas carnes ficava tremendo. (LETÍCIA)

Existe uma dinâmica da violência a qual tanto o agressor como a mulher agredida "se vêem enredados em uma violência cíclica e crescente, mas continuam, por diversos motivos, a manter uma relação [...]" (SOARES, 1999). Uma das teorias que tem abordado a violência no contexto da relação conjugal foi desenvolvida pela Psicóloga Americana Lenore Walker no ano de 1979 e denominada *Teoria do ciclo de violência doméstica* (GROSSI, 1988; SOARES, 1999; HIRIGOYEN, 2006). De acordo com a teoria em questão a violência se instala de

maneira progressiva na relação do casal, assumindo um padrão cíclico e repetitivo. Nessa perspectiva, é possível visualizar que nem sempre as mulheres que relatam viver anos de violência junto ao companheiro experienciam momentos de tensão durante todo o período.

Saffioti (1999) expõe que essa rotinização do fenômeno da violência contra a mulher acaba contribuindo para a co-dependência da mulher no que refere ao parceiro. Nos dizeres de Soares (1999) e Hirigoyen (2006) o ciclo de violência pode ser pensado em três fases, respectivamente: a fase de tensão, de agressão, e uma última e terceira fase da lua de mel. Sobre essa última fase, Hirigoyen (2006) realiza uma divisão chamando-a de fase de desculpas e fase de reconciliação.

A *fase da tensão* expressa um momento de irritabilidade por parte do agressor, relacionadas às vivências e eventos do dia a dia. A violência aqui pode se manifestar desde silêncios hostis, olhares agressivos até a ocorrência de incidentes menores como agressões verbais, ciúmes, ameaças e destruição de objetos. No que refere à fase da agressão, apesar de ser uma fase mais breve, a tensão aqui assume o seu estopim mais alto. O companheiro aparenta perder o controle: empurrões, socos, braços quebrados, constantemente são visualizados nesse momento. Na terceira fase, a da *lua de mel*, o agressor demonstra sentimentos ambivalentes aos expostos nas outras fases. Aqui, o medo de perder a companheira e o remorso acaba diminuindo a tensão acumulada na fase da tensão e descarregada na fase da agressão.

Retornando para os discursos das entrevistadas, observou-se que durante os períodos descritos pelas mulheres as fases do ciclo de violência apareceram nas narrações das cenas expostas. Sobre isso Grossi (1998) desenvolve que a teoria do ciclo da violência demonstra um dos principais impasses do ideal de igualdade de gênero almejado por parte do movimento feminista. É notória a circulação inequânime de poder no âmbito da relação conjugal, Grossi compara a atuação do poder dentro da relação conjugal sob a perspectiva da teoria do ciclo com uma gangorra, “onde o jogo consiste em haver sempre um em cima e um embaixo, sendo raros os momentos onde os dois que nela estão conseguem permanecer num mesmo plano horizontal” (1988, p. 306).

### **3.2 – O processo de ruptura da situação de violência**

O processo de ruptura com a situação de violência é um momento delicado para as mulheres que decidem procurar uma rede de apoio social. O primeiro passo é dado quando elas resolvem tornar pública a vivência da violência, sendo que geralmente essa publicização é realizada por meio do desabafo com alguma amiga/o, vizinha/o, colegas de trabalho, como

também de familiares. Esse primeiro ato de falar, geralmente, antecede a procura da mulher a algum serviço, e conseqüente rota crítica. O caminho percorrido desde o episódio da violência até a procura pela instituição é longo e influenciado por vários fatores que podem emanar como impulsionadores ou inibidores /obstacularizadores para o início de uma rota.

É importante salientar que os fatores apontados pelas entrevistadas e que serão a seguir apresentados estão embasados por diferentes contextos vivenciais. Daí a observação de que o mesmo fator que em certo momento da vivência da violência foi visualizado por uma entrevistada como impulsionador em outros momentos foi identificado pela mesma entrevistada, ou por outras, como obstacularizador. Esse movimento de alternância entre os fatores é observado justamente por eles não atuarem sozinhos e estarem em constante intersecção entre si e o contexto da violência. Sobre isso Sagot (2000) aponta que é a subjetividade feminina a dimensão pela qual se constrói o processo de rota crítica, daí a explicação de um mesmo elemento atuar ao mesmo tempo como impulso e obstáculo.

Nessa linha argumentativa, dentre os fatores citados, referentes à vivência da relação do casal, que *funcionaram como obstáculos* para as mulheres iniciarem a rota na busca por atendimento especializado, destacou-se: o desejo em manter o núcleo familiar por conta dos filhos/as; a dependência financeira para com o seu companheiro; a esperança de que o companheiro poderia vir a mudar; a vergonha em expor publicamente as vivências da violência; o medo das reações do companheiro caso procurasse alguma instituição, principalmente se esse serviço era relacionado ao setor jurídico/policial; o sentimento de amor e pena pelo companheiro, principalmente se este está envolvido com o uso de algum tipo de drogas. Nos discursos que seguem é possível identificar alguns destes fatores.

Eu também tinha dó do miserável, mesmo fazendo isso comigo, eu ainda tinha dó dele, pra tu ver como é mulher né?! (ANA)

Mas, eu não tinha coragem. Eu não tinha coragem não. Primeiro era porque gostava dele, segundo, depois foi porque tava com medo mesmo, de vir e ele fazer pior. Aí eu num vim. (DÉBORA)

Como agravante, soma-se as manipulações que os agressores realizavam no ciclo da violência, intercedendo para que a companheira não procurasse nenhum serviço e não delatasse o ocorrido para pessoas próximas. Como pode ser observado na narrativa de Débora que conviveu durante 15 anos com o companheiro até decidir procurar apoio institucional:

E as vezes ele até me obrigava a falar que minha vida tava bem com ele, “fale nada pra ninguém não, nem pra seu pai, nem pra sua mãe, nem pra ninguém não”, “a gente veve bem”, eu dizia. “Não, a gente veve bem, tem problema não, problema nenhum com a gente não”. (DÉBORA)



Outros fatores que também funcionaram como obstáculos foram citados pelas entrevistadas com menor periodicidade, em especial a ameaça para com outros familiares, principalmente os genitores; o sentimento de carinho e consideração à família do agressor; e por último, e não menos importante, o medo de perder a guarda dos/as filhos/as.

Porque antigamente ele me ameaçava que ia tomar a guarda do menino, entendeu?! eu não trabalhava, aí eu fiquei agüentando tudo. (MARIANA)

Já com relação aos *fatores impulsionadores* para a procura de um apoio institucional e conseqüente início das rotas, 21 entrevistadas citaram a saturação frente a situação de violência como o principal preponderador. Outros fatores relacionados ainda ao agressor/companheiro apareceram nos discursos das mulheres enquanto impulsionadores da procura do apoio institucional, respectivamente, a ausência do sentimento de amor pelo companheiro, o envolvimento do companheiro com drogas, a percepção de que o companheiro não iria mudar o seu comportamento violento e por fim, o envolvimento do agressor com outras mulheres.

Porque ele ta ... pra mim ele chegou ao extremo viu, eu agüentei tanta coisa, mas agora eu não agüento mais não. Desde quando eu comecei a viver com ele que é desse jeito, não para não, é de mal a pior. Primeiro foi com maconha, que ele começou, depois já entrou no tinner, e agora ta no crack, e é só assim [...] eu vivo com medo agora de uma hora ele chegar e eu ta sozinha. (DÉBORA)

Destacou-se ainda nos discursos das entrevistadas que possuíam filhos pequenos, a importância de retirar as crianças do convívio de um ambiente violento, já que muitas vezes essas crianças também acabavam sendo agredidas fisicamente pelo pai (companheiro/agressor). Já para as mães com filhos adolescentes e maiores de 18 anos, elas destacaram a importância do apoio desses filhos na decisão de romper com a situação de violência e procurar apoio institucional.

[...] “a senhora vai ter que escolher uma das duas coisas, ou eu ou ele”, aí eu disse: chegou a vez de eu escolher, meu filho eu não deixo por nada nesse mundo. (MARCELA)

[...]só que depois eu passei a enxergar que os meus filhos estavam crescendo, que eu criar eles daquela mesma forma, que isso já veio do pai dele, sabe, que ele já foi uma criança que cresceu vendo a mãe agredir o pai, a mãe ser submissa ao pai em tudo, [...] então eu vi que a maneira ... ia ser melhor que eu deixasse ele que eu criasse meus filhos sozinha (EMANUELA)

Por fim, acrescenta-se que a exposição de outros familiares a situação da violência perpetrada pelo companheiro também foi um fator citado.

[...] eu tenho muito medo assim de minha mãe e meu pai, das ameaças que ele faz pra mim. (RAFAELA)

#### 4- Considerações Finais

A análise da violência a partir de seus múltiplos aspectos permitiu a compreensão de como se expressa esse fenômeno no cotidiano das mulheres. Identifica-se o quão o silêncio, ainda, é fato constante no dia a dia dessas entrevistadas. O rompimento pressupõe superar o silêncio que envolve as relações conjugais que dificilmente se dará em um percurso solitário, pelo contrário, é fato presente a necessidade de apoio externo para que essas mulheres consigam sair do ciclo da violência.

Conclui-se que é necessário ter a clara percepção de que não avançaremos no debate acerca do fenômeno da violência contra a mulher, enquanto não considerarmos como objetos de atenção todos/as aqueles/as que estão envolvidos/as direto e indiretamente no contexto da perpetração da violência. Defende-se a importância de criação e articulação de uma rede de serviços em efetivo funcionamento no município de Juazeiro/BA, só assim o apoio ideal e integralizado a essas mulheres será alcançado.

Assim, aponta-se como caminhos para a estruturação de uma efetiva rede de cuidados, o desenvolvimento de trabalhos voltados para a sensibilização acerca do trabalho em redes, tanto com os profissionais dos serviços, como com os gestores municipais. Essas sensibilizações poderão viabilizar uma maior apropriação da gestão local, incentivando, assim, maior comprometimento dos serviços e das secretarias municipais com a atenção à mulher em situação de violência. Destaca-se ainda a importância de estudos que foquem o fortalecimento de políticas de enfrentamento a violência, possibilitando a visualização de um novo modelo de gestão e atuação profissional para melhor acolher essa mulher integralmente frente as suas demandas.

Por fim, defende-se a necessidade de novos estudos, devido à escassez de produções teóricas sobre o tema no contexto da Bahia, e mais ainda do semi-árido nordestino. Estudos que enfoquem o alcance das ações de atenção à mulher vítima de violência na região em todos os serviços que disponibilizam atendimento às mulheres em situação de violência.

#### Referências

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edição 70. 1994. 281 p.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. 2008b. 234 p.

\_\_\_\_\_. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Lei Maria da Penha**. Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. 2008a. 31p.

CORTEZ, Mirian Béccheri, PADOVANI, Ricardo da Costa, WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Terapia de grupo cognitivo-comportamental com agressores conjugais. **Estudos de Psicologia**, Campinas, 22(1), p. 13-21, janeiro – março, 2005.

DESLANDES, Suely Ferreira *et al* (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 81 pg.

DANTAS – BERGER, Sônia Maria; GIFFIN, Karen. A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual? **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, mar-abr, 2005, 417-425.

GOMES, Nadirlene Pereira Gomes. **Trilhando Caminhos para o enfrentamento da violência conjugal**. 2009. 179 f. Tese (Doutorado em Enfermagem, área de concentração gênero, cuidado e administração em saúde) – Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

GROSSI, Patrícia Krieger; TAVARES, Fabrício André; OLIVEIRA, Simone Barros de Oliveira. A rede de proteção à mulher em situação de violência doméstica: avanços e desafios. **Athenea Digitall**. n.14, p. 267-280, 2008

GROSSI, Miriam Pillar. Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal. P.293-313. IN: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (orgs). **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998, 320p.

HIRIGOYEN, Marie-France. **A violência no casal: da coação psicológica à agressão física**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 256p.

IBGE, **Censo 2010**; Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 14 mai. 2011

KEVENS, J. Violência física contra la mujer en Santa Fe de Bogotá: prevalencia y factores sociales. **Revista Panam Salud Pública**, 2001; v. 9, n. 2, p. 78-83.

KRONBAUER, José Fernando; MENEGUEL, Stela Nazareth. Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro. **Revista Saúde Pública**. v. 39. n. 5, 2005, p. 695-701.

MENEGHEL, Stela Nazareth (org). **Rotas críticas mulheres enfrentando a violência**. 1 ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2007. 156 p.

\_\_\_\_\_. **Rotas críticas II ferramentas para trabalhar com a violência de gênero**. 1 ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009. 247 p.

MENEGUEL, Stela Nazareth *et al*. Rotas críticas de mulheres em situação de violência: depoimentos de mulheres e operadores em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 743-752, abr. 2011. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2011000400013&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2011000400013&script=sci_arttext) >. Acesso em: 20 jan. 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. – 10. ed. – São Paulo: Hucitec, 2000. 269 pg.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Prefácio. In: MENEGUEL, Stela Nazareth (org). **Rotas Críticas: mulheres enfrentando a violência**. 1. ed. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2007. prefácio, p. 9-20.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira. A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 14, n.1, p. 35-42, jan-mar, 1998.

- OLIVEIRA, Eleonora Menicucci; VIANNA, Lucila Amaral. Violência conjugal na gravidez. **Revista Estudos Feministas**. v.1. n. 1. 1993, p. 162 a 165.
- PENSO, Maria Aparecida. As complexas relações entre álcool, drogas e violência intrafamiliar em contextos de exclusão social. cap. 18. 243 – 254 In. LIMA, Fausto Rodrigues; SANTOS, Claudiene. (coord). **Violência doméstica: vulnerabilidade e desafios na intervenção criminal e multidisciplinar**. Editora Lúmen, Júrís: Rio de Janeiro, 2009.
- PRATES, Paula Licursi. **Violência doméstica e de gênero: perfil sociodemográfico e psicossocial de mulheres abrigadas**. 2007. 126 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública, área de concentração saúde materno infantil) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade São Paulo, São Paulo, 2007.
- PRESSER, Adriana Dewes. **Mulheres enfrentando a violência de gênero: a voz dos operadores sociais**. 2007. 78 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.
- PRESSER, Adriana Dewes; MENEGHEL, Stela Nazareth; HENNINGTON, Élide Azevedo. Mulheres enfrentando as violências: a voz dos operadores sociais. **Saúde Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 126-137, jul/set. 2008. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902008000300013&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902008000300013&script=sci_arttext) >. Acesso em: 14 set. 2010.
- POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, Jean *et al.* **A Pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. cap.5, 3. 215- 253.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani.. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 82-91, 1999. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/spp/v13n4/v13n4a08.pdf> >. Acesso em: 14 set. 2010.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. 151 p.
- SAGOT, Montserrat. **La ruta crítica de las mujeres afectadas por La violencia intrafamiliar em América latina** (estudo de caso de diez países). OPAS (Organização Pan-Americana de Saúde), 2000.
- \_\_\_\_\_. A rota crítica da violência intrafamiliar em países Latino-Americanos. In: MENEGHEL, Stela Nazareth (Org.). **Rotas Críticas: mulheres enfrentando a violência**. 1. ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2007. cap. 1, p. 23-50.
- SILVA, Miryam Cristina Mazieiro Vergueiro da. **Rota Crítica: os (des) caminhos trilhados por mulheres em situação de violência doméstica na busca por ajuda**. 2008. 214 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- SCHRAIBER, Lilia Blima; D' OLIVEIRA, Ana Flávia Lucas Pires. Violência contra mulheres: interfaces com a saúde. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**. V.3, n.5, agosto 1999. p. 11-26.
- SCHRAIBER, Lilia Blima et al. **Violência dói e não é direito: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos**. São Paulo: Editora UNESP, 2005. 183p.
- SOARES, Bárbara Musumeci. Dominação de gênero x conflito familiar. Cap. 03. p.119-179. IN: SOARES, Bárbara Musumeci. **Mulheres invisíveis: violência conjuga e as novas polícias de segurança**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. 320p.

STREY, Marlene Neves. O sofrimento emocional de mulheres em busca de ajuda. IN: MENEGHEL, Stela Nazareth (Org.). **Rotas Críticas: mulheres enfrentando a violência**. 1. ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2007. cap. 6, p. 97-104.